



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 543, DE 2024

Requer a realização de Sessão Especial destinada a celebrar o centenário de nascimento do político catarinense Antônio Carlos Konder Reis.

AUTORIA: Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Ireneu Orth (PP/RS), Senador Laércio Oliveira (PP/SE), Senador Sergio Moro (UNIÃO/PR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, a ser realizada em data oportuna, no Plenário do Senado Federal, preferencialmente no dia 16 de dezembro de 2024, para homenagear o centenário de nascimento do político **ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS**, ex-governador e ex-senador, ambos por dois mandatos, ex-deputado federal, por quatro mandatos e ex-deputado estadual por dois mandatos, pelo Estado de Santa Catarina.

Konder Reis foi Relator-Geral da Constituição de 1967 e Relator-Adjunto da Carta Magna de 1988.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido em Itajaí em 16 de dezembro de 1924, o advogado, economista, museólogo, escritor e político catarinense Antônio Carlos Konder Reis, se vivo, completaria cem anos neste ano.

Desde 1945, quando iniciou sua vida pública, primeiro, atuando no meio estudantil, e a partir de 1947, sendo eleito deputado constituinte na Assembleia Legislativa catarinense, até o ano de 2002, desempenhou com exemplar retidão todos os cargos públicos e mandatos eletivos que ocupou em sua longa e profícua carreira política, participando, efetivamente, de importantes momentos da vida pública brasileira.

Considerando a relevante contribuição do político catarinense no cenário nacional ao longo de sua trajetória, propomos a realização de uma Sessão Solene em homenagem ao “Centenário de nascimento do político catarinense Antônio Carlos Konder Reis”.

Filho de Osvaldo dos Reis e de Elisabete Konder dos Reis. Seu pai era fiscal de consumo e o avô materno, Markus Konder, um mestre-escola da aldeia alemã de Schweich, junto à fronteira com Luxemburgo, chegou ao Brasil em meados do século XIX. Do seu casamento com Adelaide Flores, filha de um rico proprietário de terras e chefe político da região de Itajaí, surgiria o clã dos Konder.

Oriundo de uma família de políticos, irmão do poeta Marcos Konder Reis, sobrinho de Adolfo Konder, Vitor Konder, Marcos Konder e Irineu Bornhausen, casado com sua tia Marieta Konder, pais de seus primos, Paulo Konder Bornhausen e de Jorge Bornhausen. Antônio Carlos Konder Reis junto com Lauro Müller são os itajaienses que mais serviram em cargos públicos.

Antônio Carlos realizou o primário no Colégio São José, em Itajaí, e o secundário concluiu no Ginásio Santista, em Santos/SP. Bacharelou-se em Museologia pelo Museu Histórico Nacional, Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC); e Economia, todos os cursos realizados no Rio de Janeiro/RJ.

PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES DE 1967 e 1988:

Em agosto de 1966, o projeto para uma nova Constituição, solicitado em abril por Castelo Branco a um grupo de juristas, foi apresentado ao presidente. Parcialmente insatisfeito, Castelo Branco entregou o projeto ao Ministro da Justiça, Carlos de Medeiros e Silva, para reformulações. Antes de ser enviado ao Congresso para votação, o novo projeto foi discutido pela maioria parlamentar, que realizou uma série de reuniões presididas pelo Senador Filinto Müller, líder da Arena no Senado, das quais participaram Daniel Krieger, líder do governo no Senado, os Senadores Paulo Sarasate e Antônio Carlos Konder Reis, além dos Deputados Rui Palmeira e Leopoldo Peres Sobrinho. Konder Reis foi convidado nessa ocasião para Relator-Geral do projeto.

No dia 12 de dezembro, ao se iniciar a sessão extraordinária do Congresso, o projeto foi apresentado, com importantes alterações procedidas pela comissão de parlamentares, para ser discutido e votado. No dia 13 de dezembro instalava-se uma comissão mista, incumbida de estudar o projeto da nova Carta, tendo como presidente o deputado Pedro Aleixo e como Relator-Geral o senador Konder Reis. No dia 22 de dezembro o projeto foi aprovado em bloco, tendo a bancada da Arena assegurado ampla vitória do governo. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido oposicionista, resolveu então apresentar emendas à proposição governamental. Foram recebidas 1.681 emendas, examinadas por Konder Reis e cinco sub-relatores.

No dia 1º de janeiro de 1967, a comissão de estudos das emendas apresentou ao presidente parecer favorável a 254 emendas, aprovadas também por

Castelo. Em 24 de janeiro foi promulgada a Constituição, em cerimônia marcada pelos discursos de Raimundo Padilha, líder da Arena na Câmara, e Konder Reis. No texto, composto de 180 artigos, foram operadas 306 modificações, com a aprovação total ou parcial de 274 emendas. Segundo a revista *Veja*, Konder Reis, trabalhando incessantemente, conquistou a admiração de arenistas e emedebistas. Pelo menos 12 emendas preparadas pelos opositoristas teriam sido incorporadas à Constituição graças a seu trabalho pessoal junto ao comando da Arena.

Na Assembleia Nacional Constituinte, após tomar posse como deputado federal constituinte, em 1987, foi preciso superar atitude de reserva de muitos colegas devido ao pré-julgamento existente em razão de Konder Reis ter sido Relator-Geral da Constituição de 1967, considerada por muitos uma Constituição autoritária.

Apesar das dificuldades, pois diferente de 1934 e 1967, quando existiam projetos a serem submetidos às respectivas Assembleias Constituintes, não havia projeto para a nova Carta Magna, enviado pelo Governo. Sobre isso, Antônio Carlos disse, em entrevista concedida ao jornalista Carlos Damião, publicada em caderno especial do jornal “O Estado”, em 12 de março de 1997 e republicada pelo “Jornal ND”, um dia após sua morte (13/06/2018): *“a falta desse projeto tornou o nosso trabalho muito penoso e como eu, anteriormente, quando era deputado e senador, tinha amizade com o relator Bernardo Cabral, ele entendeu de vencer resistências e me designar um dos relatores auxiliares. A Assembleia funcionou com oito subcomissões, cada uma dividida em três auxiliares. Essas subcomissões elaboraram os anteprojetos e esse documento foi à Comissão de Sistematização. Quando começamos a trabalhar nessa comissão, Bernardo Cabral escolheu apenas três relatores adjuntos, José Fogaça, o ex-deputado Adolfo Oliveira e eu. Aí já não havia mais reservas, restrições, desconfianças e a gente pôde fazer o trabalho sob o comando do então deputado Bernardo Cabral da melhor maneira possível”*.

TRAJETÓRIA POLÍTICA:

Em 1947, foi eleito à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), pela União Democrática Nacional (UDN). O parlamentar mais jovem entre os pares, estava com 21 anos. Tomou posse à 1ª Legislatura (1947-1951), exerceu mandato e foi Deputado Constituinte de 1947.

Reeleito Deputado Estadual em 1950, pela UDN, para a 2ª Legislatura (1951-1955), renunciou ao mandato para assumir função federal.

Foi Chefe de Gabinete do Ministro da Agricultura, João Cleofas, de 1952 a 1954, e da Divisão de Estudos de Economia Florestal, Instituto Nacional do Pinho, no Rio de Janeiro, de 1951 a 1954.

Em 1965, disputou o cargo de Governador do Estado catarinense, pela UDN, com o Vice Laerte Ramos Vieira, na eleição vencida por Ivo Silveira.

Foi Deputado Federal por Santa Catarina, nas seguintes legislaturas:

- 40ª Legislatura (1955-1959) – eleito pela UDN, licenciou-se do cargo para assumir como Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda em SC, no governo de Jorge Lacerda, ficou à frente da pasta de 4 de abril a 29 de maio de 1957 e de 1 a 14 de junho de 1957;
- 41ª Legislatura (1959-1963) – eleito em 1958 – o segundo mais votado da UDN;
- 48ª Legislatura (1987-1991) – eleito pelo Partido Democrático Social (PDS), foi Relator-Adjunto da Constituição de 1988, assinada em 5 de outubro do mesmo ano.
- 51ª Legislatura (1999-2002) – eleito em 1998, pelo Partido da Frente Liberal (PFL).

Duas vezes foi eleito Senador da República, por Santa Catarina, nos anos de 1962 e 1970:

- 42ª e 43ª Legislaturas (1963-1970);
- 44ª e 45ª Legislaturas (1971-1978), a partir de 1971 foi Vice-Líder do Governo no Senado e durante a 44ª Legislatura renunciou para assumir cargo estadual.

Designado presidente da Comissão de Redação do Senado, foi relator da Proposta de Emenda Constitucional nº 2, de 1972, que regulava as eleições para governadores em 1974. Com a morte do Senador Filinto Müller, presidente do Senado, em julho de 1973, substituiu o vice-presidente, Senador Paulo Torres, tendo Konder Reis sido eleito primeiro vice-presidente da casa, cargo para o qual recebeu apoio unânime. Pertenceu à comissão executiva da Arena.

Foi eleito Governador do Estado de Santa Catarina, de forma indireta (pela ALESC) no ano de 1974, pela ARENA. Governou entre 15 de março de 1975 e 15 de março de 1979, sendo seu Vice Marcos Büchler, que assumiu interinamente três vezes a função de Governador durante as licenças do titular.

Entre tantas realizações no Executivo estadual, destacam-se:

- Construção de cerca de dois mil quilômetros de rodovias no Estado;
- Criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BADESC), agência de fomento, responsável por linhas de crédito para negócios locais;
- Criação da Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina (ERUSC);

- Criação de 165 Conselhos Comunitários e a Superintendência de Ação Comunitária;
- Criação de centros escolares de 1º e 2º Graus em vários municípios catarinenses;
- Criação de Centros Sociais e Urbanos em Joinville, Blumenau, Criciúma e Florianópolis e o Centro Comunitário em Itajaí;
- Construção do novo Hospital em Itajaí, o Hospital Infantil Joana de Gusmão, em Florianópolis, e outros em Araranguá e Curitiba;
- Construção do Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul, hoje o maior órgão da Companhia Integrada do Desenvolvimento Agropecuário do Estado de Santa Catarina (CIDASC);
- Criação do campus da UDESC, em Florianópolis, da UNIVALI em Itajaí, da Fundação Educacional Regional Jaraguense, em Jaraguá do Sul e, construção da Escola de Engenharia, pertencente à UDESC, em Joinville;
- Ampliação da Beira-Mar Norte (Avenida Rubens de Arruda Ramos) na capital;
- Casa dos Açores, em São Miguel (Biguaçu), monumento que marca a colonização açoriana em Santa Catarina;
- Criação da Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente (FATMA).

Foi Secretário Extraordinário para a Reconstrução de Santa Catarina (1983-1986), cumprindo essa missão em face da maior tragédia climática da história do Estado.

Membro da Academia Catarinense de Letras, empossado na cadeira 22, em 30 de março de 1983, e Sócio Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Em 1990, foi Vice-Governador (PDS), eleito na chapa encabeçada por Wilson Kleinübing (PFL), pela Coligação União por Santa Catarina, para mandato de 1991 a 1995. Assumiu novamente o comando do Estado em 6 de abril de 1994, quando Kleinübing renunciou para concorrer à vaga ao Senado, e governou até 1º de janeiro de 1995.

Nos últimos anos de vida, Konder Reis, residiu na Praia da Armação do Itapocorói, no município de Penha/SC.

Faleceu no dia 12 de junho de 2018 em Itajaí, onde foi sepultado após velório na Câmara de Vereadores.

Sobre o período do seu governo (1975-1979) a frente de Santa Catarina, considerado um governo desenvolvimentista, declarou Konder Reis: “Governar

é encurtar distâncias. Distâncias materiais, sociais, econômicas, e assim por diante. No primeiro contato que tive com o presidente, antes de assumir, pedi três financiamentos externos – um para estradas; outro para o ensino; e o terceiro, para saúde. Assim, encurtaria as distâncias materiais, de ordem cultural e também as do setor da saúde, dando atenção a um maior número possível de catarinenses.”

Diante de todo o exposto e certos do merecimento da justa homenagem, ora requerida, pelos relevantes serviços prestados ao Brasil e a Santa Catarina pelo ilustre político Antônio Carlos Konder Reis, encarecemos o apoio para realização de uma Sessão Solene em homenagem ao centenário de seu nascimento.

Sala das Sessões, 30 de julho de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)